



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Chubb do Brasil Companhia de Seguros é uma subsidiária cuja matriz é norte-americana. O objetivo da Companhia consiste na exploração das operações de seguros dos ramos elementares e vida, conforme definido na legislação em vigor.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei 11.639/07, bem como normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e os atos normativos da Superintendência de Circular SUSEP nº 408, de 23 de agosto de 2010, que prevê que as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 seja preparada em conformidade com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2009, e torna obrigatória a adoção, pelas entidades supervisionadas por aquela Autarquia, dos normativos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC para as demonstrações financeiras individuais, emitidas a partir de 01 de janeiro de 2011, e para as demonstrações financeiras consolidadas emitidas a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, inclusive. A SUSEP editou Circulares durante o exercício de 2010 dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. A Administração da Companhia está analisando os impactos relativos a essas mudanças em suas operações e práticas contábeis a fim de ajustá-las a nova realidade a partir do exercício de 2011.

A SUSEP publicou em 06 de dezembro de 2010 a Resolução CNSP nº 226 que dispõe sobre as novas regras de enquadramento dos ativos garantidores das provisões técnicas. A Seguradora aplicou os critérios definidos na resolução e não identificou impactos significativos nos ativos garantidores, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4c.

A SUSEP publicou em 06 de dezembro de 2010 a Resolução CNSP nº 224 que dispõe sobre as responsabilidades assumidas em seguro, resseguro ou retrocessão no País não poderão ser transferidas para empresas ligadas ou pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro sediadas no exterior. Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de março de 2011 e a Seguradora está analisando os possíveis impactos.

A SUSEP publicou em 22 de dezembro de 2010 a Circular nº 410 que institui o teste de adequação de passivos para as demonstrações financeiras individuais emitidas a partir de 01 de janeiro de 2011, e para as demonstrações financeiras consolidadas emitidas a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010. A Seguradora vem desenvolvendo estudos em conjunto com seus atuários, entretanto a Administração não espera efeitos significativos advindos da aplicação desta Circular.

Adicionalmente, em 06 de dezembro de 2010 a SUSEP instituiu as Resoluções CNSP nºs 222 e 228 e as Circulares nºs 411, de 22 de dezembro de 2010, e 414, de 23 de dezembro de 2010, que instituiram as novas regras de alocação de capital dos riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à eventual insuficiência de capital para as seguradoras, com vigência a partir de janeiro de 2011. De acordo com os estudos da Administração, não espera-se consumo de capital decorrente da aplicação destas novas regras.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento na data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado, sendo passíveis no prazo de até 90 dias entre a data de aquisição e vencimento que não afetam a vinculação com ativos garantidores.

b) Apuração do resultado operacional

Os prêmios de seguros e cosseguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e reconhecidos no resultado de acordo com o transcorrer da vigência do risco. Os prêmios a receber parceladamente e as respectivas despesas de comercialização são registradas pelo seu valor futuro, deduzidos dos juros a apropriar que são reconhecidos pelo regime de competência como receitas financeiras.

As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidas por estimativa, calculadas com base no histórico de emissão. Os valores estimados são ajustados e revertidos quando da emissão da fatura. As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado, no decorrer do prazo de vigência dos seguros.

As operações de cosseguro aceito e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e das resseguradoras, respectivamente. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial.

c) Aplicações financeiras

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação
- Títulos disponíveis para venda
- Títulos mantidos até o vencimento

Os títulos classificados para negociação e disponíveis para venda são ajustados ao seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período, enquanto que aqueles relacionados com os títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido na conta "Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários", líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

d) Créditos de operações de seguros, resseguros e despesas de comercialização

Os prêmios de seguro, comissões, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando o transcorrer da vigência do risco. As operações de cosseguro aceito são contabilizadas com base nos informes recebidos das respectivas congêneres e as operações de retrocessão são contabilizadas com base nos informes recebidos das resseguradoras. As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado, no decorrer do prazo de vigência dos seguros.

Os juros cobrados em virtude do parcelamento de prêmios de seguros são apropriados em prazo igual ao do parcelamento dos prêmios correspondentes.

A "Provisão para Riscos de Créditos" é o valor calculado pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos. A provisão é calculada com base em estudo técnico, que considera o histórico de perdas e riscos de inadimplência, relativa a prêmios de riscos decorridos vencidos e não pagos.

e) Investimentos

Os investimentos são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da provisão para desvalorização.

f) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e acrescido da reavaliação de imóveis, menos depreciação acumulada sobre os valores de custo e reavaliados. As depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo corrigido e reavaliado com as seguintes taxas anuais: edificações 4%; máquinas, móveis e utensílios 10%; e veículos e equipamentos 20%.

g) Intangível

Demonstrado ao custo de desenvolvimento, implantação e aquisição de software. A amortização é apurada pelo método linear, observando o prazo de 5 anos para instalações, gastos de organização, implantação e softwares.

h) Imposto de renda e contribuição social

Sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, incidem o imposto de renda à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social à alíquota de 15%.

i) Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

Constituída pela parcela do prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método *pró-rata die* e atualizada monetariamente, quando aplicável.

j) Provisão complementar de prêmios - PCP

A Resolução CNSP nº 162, de 26 de dezembro de 2006, em seus artigos 5º e 21º, com alterações introduzidas pela Resolução CNSP nº 181, de 17 de dezembro de 2007, estabeleceu a obrigatoriedade de constituição de uma nova provisão técnica denominada Provisão Complementar de Prêmios ("PCP"). A PCP deve ser calculada *pró-rata die*, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, e o seu valor será a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG constituída naquele mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não.

k) Provisão de insuficiência de prêmios - PIP

Calculada com base em metodologia definida em Nota Técnica Atuarial, elaborada pelo atuário da Seguradora e tem como objetivo registrar eventuais insuficiências da provisão de prêmios não ganhos em relação às expectativas de sinistros, despesas de comercialização e outras despesas operacionais. A aplicação da metodologia definida na referida Nota Técnica não resultou em provisão a constituir em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

6 Provisões técnicas, despesas de comercialização diferidas e provisão complementar de prêmios

	Provisão de prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Despesas de comercialização diferidas		Receitas de comercialização diferidas		Outras provisões	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Comprensivo empresarial	4.022	2.253	750	795	504	745	519	554	1	6
Riscos de engenharia	4.613	3.923	723	503	748	382	843	739	111	117
Riscos diversos	4.124	3.971	555	298	269	241	541	330	448	634
Responsabilidade civil adm. e diretores D&O	12.875	7.176	1.639	2.448	1.049	1.011	1.410	1.241	400	—
Responsabilidade civil geral	6.767	6.978	2.746	3.631	812	678	830	830	961	1.125
Marítimos	7.733	6.137	12.292	9.822	1.114	805	1.033	762	—	—
Aeronáuticos	2.760	3.327	2.745	2.163	416	496	290	345	—	—
Automóveis	8.218	8.059	5.247	11.039	1.185	1.525	914	887	535	641
Responsabilidade civil facultativa	170.803	148.731	31.744	28.949	4.169	4.352	25.324	20.900	—	—
DPVAT	21.554	19.657	7.817	4.963	1.705	1.984	3.280	2.863	3	52
Transporte nacional	—	—	34.965	25.767	2.233	1.215	—	—	—	—
Transporte internacional	5.257	4.022	5.499	4.794	2.110	1.741	852	774	—	—
Responsabilidade civil	1.883	1.068	2.505	3.160	3.030	2.938	291	199	29	29
transportador rodoviário carga	1.576	161	694	1.091	220	185	437	15	—	—
Garantia de obrigações públicas	6.729	1.283	418	410	304	136	551	66	1.727	236
Prestamista	14.863	10.499	411	567	950	920	6.312	5.200	—	—
Acidentes pessoais - coletivo	11.786	8.965	570	771	441	572	25	23	—	—
Vida em grupo	12.161	10.310	15.174	15.921	12.984	12.854	5	3	—	—
Penhor rural - instituições financeiras privadas	1.708	3.658	178	1.617	—	—	262	1.481	—	—
Demais ramos	16.410	7.527	6.561	7.827	1.554	1.079	1.725	847	1.833	722
Total	315.442	257.705	133.233	126.536	35.797	33.859	45.444	38.059	6.048	3.562

A rubrica "Outras Provisões" é constituída pelo saldo da provisão complementar de prêmios R\$ 3.047 (R\$ 5.266 em 2009), saldo da provisão de despesas administrativas DPVAT R\$ 86 (R\$ 680 em 2009) e pelo saldo da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados R\$ 14.735.

l) Provisão de sinistros a liquidar - PSL

Provisão calculada com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros.

m) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR

Calculada conforme estudos técnicos atuariais, efetuados por atuário externo, com base no histórico de sinistros avisados até a data das demonstrações financeiras.

n) Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER

Em 2010, a Administração decidiu complementar a provisão de sinistros a liquidar - PSL, que passou a ser registrada com base em cálculos estatístico-atuariais, que consiste em equacionar o déficit técnico da mesma. O valor registrado no resultado da Seguradora no exercício está demonstrado na Nota 6.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Circular SUSEP 379/08 e Pronunciamento NPC 22 - IBRACON.

• **Contingências ativas** - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

• **Contingências passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

• **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

p) Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Seguradora. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; a provisão para riscos de créditos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados; a provisão para contingências e as provisões técnicas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

q) "Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")"

A Administração avaliou seus ativos e não constatou necessidade de registro de "Impairment" em 31 de dezembro de 2010.

4 Aplicações financeiras

Composição do saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro:

Descrição	2010		2009	
	Custo mais rendimentos	Valor contábil	Custo mais rendimentos	Valor contábil
Ativo circulante				
Títulos para negociação:				
Títulos de renda fixa:				
Quotas de fundos de investimentos	117.817	117.817	40.222	40.222
Letras financeiras do tesouro - LFT	2.251	2.249	30.451	30.392
Outros	10.759	10.759	5.356	5.356
Total	130.827	130.825	76.029	75.970
Títulos disponíveis para venda:				
Títulos de renda fixa:				
Letras financeiras do tesouro - LFT	30.587	30.585	70.613	70.610
Letras do tesouro nacional - LTN	—	—	52.283	52.283
Total	30.587	30.585	122.896	122.893
Total circulante	161.414	161.410	198.925	198.863
Realizável a longo prazo				
Títulos disponíveis para venda:				
Títulos de renda fixa:				
Letras financeiras do tesouro - LFT	423.168	422.906	290.380	290.060
Total	423.168	422.906	290.380	290.060
Total realizável a longo prazo	423.168	422.906	290.380	290.060
Total geral	584.582	584.316	489.305	488.923

O valor de mercado das quotas de fundos de investimento financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos classificados para negociação ou disponível para venda foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro de 2010 e 2009, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

b) Prazo de vencimentos dos títulos e valores mobiliários

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Títulos para negociação:							
Quotas de fundos de investimentos	117.817	—	—	—	—	—	117.817
Letras financeiras do tesouro - LFT	—	—	—	—	2.249	—	2.249
Outros	10.759	—	—	—	—	—	10.759
Títulos disponíveis para venda:							
Letras financeiras do tesouro - LFT	—	30.585	115.056	129.210	133.662	44.978	453.491
Letras do tesouro nacional - LTN	—	—	—	—	—	—	—
Total por vencimento	128.576	30.585	115.056	129.210	135.911	44.978	584.316

31 de dezembro de 2010

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Títulos para negociação:								
Quotas de fundos de investimentos	40.222	—	—	—	—	—	—	40.222
Letras financeiras do tesouro - LFT	—	10.908	9.535	2.786	5.114	2.049	—	30.392
Outros	5.356	—	—	—	—	—	—	5.356
Títulos disponíveis para venda:								
Letras financeiras do tesouro - LFT	—	70.610	22.127	104.817	95.273	67.843	—	360.670
Letras do tesouro nacional - LTN	—	—	—	—	—	—	—	—
Total por vencimento	45.578	133.801	31.662	107.603	100.387	69.892	—	488.923

c) Ativos oferecidos em garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas estão compostos por títulos públicos de renda fixa no montante de R\$ 398.276 (R\$ 362.720 em 2009).

d) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não haviam contratos envolvendo operações de "swap", opções ou outros instrumentos financeiros derivativos.

5 Créditos tributários e previdenciários

	2010	2009
Circulante:		
Imposto de renda a compensar	6.585	8.127
Contribuição social a compensar	3.590	4.657
Outros créditos tributários	325	204
Total	10.500	12.988
Realizável a longo prazo:		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias:		
Imposto de renda	2.469	2.326
Contribuição social	1.482	1.396
Total	3.951	3.722
Total	14.451	16.710



CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS

CNPJ: 33.170.085/0001-05

Seguradora Platinum



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

12 Principais ramos de atuação

	Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Comercialização %	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Compreensivo residencial	17.332	16.126	25	13	25	25
Compreensivo empresarial	7.829	6.090	40	21	25	25
Riscos diversos	42.444	45.841	21	25	20	17
Responsabilidade civil administrativa e diretores D&O	7.019	5.140	36	30	(3)	(8)
Responsabilidade civil geral	15.512	10.939	41	18	22	22
Marítimos	4.459	2.750	89	54	15	28
Aeronáuticos	7.133	6.137	57	61	8	7
Automóveis	258.896	201.711	62	62	19	18
Responsabilidade civil facultativa DPVAT	33.030	25.749	66	56	16	16
DPVAT	47.495	44.733	67	87	1	1
Transporte nacional	28.324	22.444	63	63	26	23
Transporte internacional	22.300	20.978	62	36	29	24
Prestamista	13.821	13.240	13	17	7	11
Acidentes pessoais - coletivo	80.467	70.019	2	4	24	22
Vida em grupo	89.035	78.534	50	57	19	16
Penhor rural instituições financeiras privadas	3.530	17.031	63	40	44	46
Demais ramos	6.911	19.719	86	56	(6)	17
	685.537	607.181	50	48	18	18

13 Partes relacionadas e remuneração da administração

(a) Partes Relacionadas
A Companhia atua de forma integrada com suas controladas e compartilha com certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela Administração que consideram, dentro outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas conforme demonstrativo a seguir:

	2010	2009
Ativo		
Contas a receber Federal Insurance Company		
Escritório de Representação no Brasil	90	82
Passivo		
Contas a pagar a Federal Insurance Company	2.037	3.419
Resultado		
Receitas/Despesas com serviços (*)	1.947	3.337
(*) Referem-se à prestação de serviços com a Federal Insurance Company relacionados com desenvolvimento de novos produtos e transferência de tecnologia.		

A Companhia realizou operações de resseguro com a Federal Insurance Company Escritório de Representação no Brasil cujas transações líquidas montam em R\$ 13.204 (R\$ 5.142 em 2009). As transações realizadas por partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado quanto a preços, prazos, montantes e encargos.

(b) Remuneração da administração
É estabelecido anualmente por meio da Assembléia Geral Ordinária o montante global anual de R\$ 3.550 da remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social da Seguradora.

14 Outras informações

14.1. Plano de previdência privada complementar
A Companhia proporciona um plano de previdência privada complementar a seus empregados que é administrado pelo Santander Seguros S.A. e Itaú Vida e Previdência S.A., cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 612 (R\$ 565 em 2009).

14.2. A rubrica "Outras contas a pagar" é constituída principalmente pelo saldo de cheques a compensar R\$ 2.695 (R\$ 2.084 em 2009), saldo negativo bancos R\$ 1.325 (R\$ 672 em 2009), saldo a pagar a Federal Insurance (partes relacionadas) R\$ 2.037 (R\$ 3.419 em 2009), saldo a pagar de comissões R\$ 691 (R\$ 447 em 2009), IOF à regularizar R\$ 987 (R\$ 844 em 2009), outras contas a pagar R\$ 580 (R\$ 763 em 2009), contas a pagar congêneres R\$ 908 (R\$ 5.889 em 2009), sinistros R\$ 3.551 (R\$ 4.654 em 2009) e demais contas R\$ 125 (R\$ 145 em 2009).

15 Pronunciamentos contábeis

Foram editados novos pronunciamentos contábeis até 2010 que passarão a entrar em vigor a partir de 2011 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Administração da Seguradora está avaliando os impactos das alterações introduzidas pelos novos pronunciamentos. O principal CPC que será aplicável para a Seguradora, considerando suas operações, é o CPC 11 - Seguros, porém a adoção deste Pronunciamento depende de critérios suplementares a serem emitidos pela SUSEP.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ACACIO ROSA DE QUEIROZ FILHO
Presidente

HERMAN GUILLERMO WEISS
Conselheiro

IVALDO VENTURINI
Conselheiro

DIRETORIA

ACACIO ROSA DE QUEIROZ FILHO
Diretor Presidente

SIDNEY GONÇALVES MUNHOZ
Diretor Vice-Presidente e Diretor Técnico

LUIS RICARDO SOUZA DE ALMEIDA
Diretor

JOÃO ROBERTO ROA
TC - CRC 1SP104674/O-1

PARECER ATUARIAL

De acordo com o disposto na **Resolução CNSP Nº 135**, de 11/10/2005, e na **Circular SUSEP Nº 272**, de 22/10/2004, foi realizada a Avaliação Atuarial de cada um dos ramos de seguro operacionalizados pela **CHUBB DO BRASIL CIA. DE SEGUROS**, no exercício de 2010.

A Avaliação Atuarial foi elaborada a partir dos efetivos períodos de competência dos riscos assumidos pelos contratos de seguros em vigor em 30/09/2010, 31/10/2010, 30/11/2010 e 31/12/2010, recalculando, para cada ramo, as correspondentes provisões técnicas contabilizadas nestas datas base.

O recálculo das provisões técnicas determina a totalidade dos compromissos financeiros que a

Seguradora terá com o pagamento dos sinistros já ocorridos e que ainda vão ocorrer e com a manutenção dos custos administrativos de todos os contratos de seguros em vigor em 30/09/2010, 31/10/2010, 30/11/2010 e 31/12/2010, independente da emissão de novos prêmios.

Os resultados encontrados demonstram que as provisões técnicas consignadas no Balanço Patrimonial de 31/12/2010 da **CHUBB DO BRASIL CIA. DE SEGUROS** estão adequadas, não havendo necessidade de constituição da Provisão de Insuficiência de Prêmios, bem como não foi detectada nenhuma situação relevante que comprometa a solvência atuarial da Seguradora.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2011

Ricardo César Pessoa
Atuário Responsável Técnico - MIBA 1076

Bruna Takata
Atuária - MIBA 1670

Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.
CNPJ 57.125.353/0001-35 CIBA - 33

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

Chubb do Brasil Companhia de Seguros

Examinamos as demonstrações financeiras da Chubb do Brasil Companhia de Seguros ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a

auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequação de apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Chubb do Brasil Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Grégory Gobetti

Contador CRC-1PR039144/O-8 "S" - SP

Patrícia di Paula da Silva Paz

Contador CRC-1SP198827/O-3



É difícil imaginar essa tranquilidade sem a Chubb Seguros.

CHUBB SEGUROS. ESSENCIAL PARA A SUA TRANQUILIDADE.

Mais do que luxo, requinte e sofisticação, nós sabemos que você não abre mão de tranquilidade e segurança. Por isso, a Chubb Seguros atende o público mais exigente em todo o mundo, aliando a experiência internacional ao conhecimento do mercado local, acumulado pela **mais antiga seguradora em operação na América Latina**. Isto, somado ao atendimento personalizado e uma equipe altamente capacitada, faz da Chubb uma companhia essencial para a sua tranquilidade. **Fale com seu corretor ou ligue 0800 703 66 65.**



SEGURADORA
PLATINUM

PESSOA FÍSICA: RESIDENCIAL • AUTOMÓVEIS • EMBARCAÇÕES • AERONÁUTICO | **EMPRESAS:** VIDA • TRANSPORTE • ENTRETENIMENTO
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL • D&O • RISCOS ENGENHARIA • RISCOS DIVERSOS • RISCOS EMPRESARIAIS • GARANTIA • MASSIFICADOS